

**MONICA FRANCHI CARNIELLO &  
JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO**

# **TV DIGITAL REGIONAL - A TRANSIÇÃO DE MODELOS TECNOLÓGICOS E SEUS ASPECTOS REGULATÓRIOS E DE INOVAÇÃO**

*TV REGIONAL DIGITAL - TRANSICIÓN DE  
MODELO Y SU INNOVACIÓN TECNOLÓGICA Y  
ASPECTOS REGLAMENTARIOS*

*REGIONAL DIGITAL TV – MODEL TRANSITION  
AND ITS TECHNOLOGICAL INNOVATION AND  
REGULATORY ASPECTS*

*Recebido em: 10 abr. 2014*

*Aceito em: 8 out. 2014*

**Monica Franchi Carniello:** Universidade de Taubaté (Taubaté-SP, Brasil). Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP), docente do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté.

**Contato:** [monicafcarniello@gmail.com](mailto:monicafcarniello@gmail.com)

**Jackie Cardoso Sodero Toledo:** Universidade de Taubaté (Taubaté-SP, Brasil). Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional - Universidade de Taubaté.

**Contato:** [jackie@soderotoledo.com.br](mailto:jackie@soderotoledo.com.br)

**ISSN (2236-8000)**

**políticas de comunicação**

## RESUMO

A TV regional vive profundas mudanças em sua cadeia produtiva, fruto da migração do padrão analógico para o novo padrão digital, determinado pelo SBTVD. O objetivo central da pesquisa foi analisar o período de transição dos modelos de transmissão analógica para digital de TV aberta no âmbito da televisão regional. Sob a ótica da regulação do setor e da gestão da inovação e com o foco regional, a pesquisa buscou esclarecer como as emissoras do Vale do Paraíba Paulista realizaram a gestão da inovação digital e cumpriram as exigências regulatórias para o setor no período de transição entre tais tecnologias. A metodologia aplicada foi de natureza descritiva e exploratória, com enfoque na adoção da pesquisa bibliográfica como fonte secundária e conduzida por um método de documentação direta, através de levantamento de dados e da aplicação da técnica da pesquisa de campo. Como resultado, a partir da segmentação das emissoras em semi-locais e localmente comprometidas, evidenciou-se o impacto da TV digital terrestre como uma inovação radical e aberta, que trouxe como consequência a necessidade de mudanças internas nas corporações, a adequação de suas realidades, de seu corpo técnico, a necessária participação das universidades e centros de pesquisa no processo de transição, bem como a dificuldade em cumprir as exigências regulatórias do setor sem comprometer economicamente as emissoras neste período. Para as emissoras, a falta de percepção dos ganhos com a TVD por parte dos usuários e destinatários finais coloca em cheque o sucesso da implantação da TV digital aberta no Brasil e faz da questão da difusão da inovação a questão crucial do período de transição dos modelos tecnológicos.

**PALAVRAS-CHAVES:** Gestão; Inovação; TV Digital; TVD regional.

## RESUMEN

La TV Regional vive cambios profundos en su cadena de producción, resultado de la migración del estándar analógico para el nuevo estándar digital, determinado por SBTVD. El objetivo central de este artículo es analizar la transición de los modelos de transmisión analógica a la televisión digital de difusión en la televisión regional. Desde el punto de vista de la regulación de la industria y la gestión de la innovación y el enfoque regional, la investigación ha tratado de aclarar cómo las estaciones del Vale do Paraíba Paulista han gerenciado la innovación digital y cumplido con los requisitos regulatorios para el sector en el período de transición de modelos. La metodología aplicada fue de tipo descriptivo y exploratorio, centrado en la adopción de la literatura como secundaria y llevada a cabo por un método de documentación directa, a través de la recopilación de datos y la aplicación de la técnica de la fuente de la investigación de campo. Como resultado, a partir de la segmentación de las estaciones en semi-local y localmente cometido, mostró el impacto de la televisión digital terrestre como una innovación radical y abierta, lo que trajo como consecuencia la necesidad de cambios internos en las empresas, la adecuación de sus realidades de su personal, la necesaria participación de las universidades y centros de investigación en el proceso de transición, así como la dificultad en el cumplimiento de los requisitos reglamentarios de la industria económicamente sin comprometer las estaciones en este periodo. Para las emisoras, la falta de percepción de ingresos con la TVD por los usuarios y beneficiarios finales dificulta la exitosa implementación de la TV digital abierta en Brasil y hace que la cuestión crucial del período de transición de los modelos tecnológicos sea el tema de la difusión de la innovación.

**PALABRAS:** Gestión; Innovación; TV Digital; TVD Regional.

## ABSTRACT

The regional TV is at a crucial moment in its history. It is being challenged, as a mass, to adopt a new technological standard and impose deep changes in its productive chain, flocking from the analogic standard to a new high-definition digital one, which is capable of interacting and allowing the portability of its contents. The main goal of this paper is to analyse the transition period from the analogical transmission to the digital broadcast TV. With a regional television focus, this research aims to clarify how the broadcasters from Vale do Paraíba carry out their digital innovation management and fulfill its sector regulatory requirements during the transition period. Thus, it is important to analyse the Brazilian State role in the determination of industrial innovation policies (IP) and foster the implementation period of the Brazilian System of Terrestrial Digital TV (SBTVD-T). Regarding the methodology used, the research was developed from a deductive method, which is descriptive and exploratory in its nature, with a focus on the adoption of a bibliographical research as a secondary source and then, conducted by a direct documentation method, through the data collection and the field research technique, in order to identify the perception of the regional wired TV networks and its general conditions for each company throughout this period of changes. With the adoption of interviews and treatment of qualitative data, we discuss the adapting conditions of these regional TV broadcasters into those technological changes in order to meet the regulatory demands as well as dispose the innovative advances in the sector.

**KEYWORDS:** Management; Inovation; Television Digital; TVD regional.

## INTRODUÇÃO

O século XXI rompeu com a emergência de um novo tipo de sociedade, que só pode ser compreendida a partir de dois eixos fundamentais: as comunicações integradas e a engenharia do conhecimento que se cruzam e se ampliam com as possibilidades tecnológicas e sua convergência (BRENNAND; LEMOS, 2007).

Para Khanna (2012), a tecnologia dirige a economia e não ao contrário. E, no segmento de TV a chegada da tecnologia digital é vista como um novo salto no que tange à evolução tecnológica (SQUIRRA; BECKER, 2009), reproduzindo a tendência mundial de constantes superações tecnológicas e de rupturas inovativas.

De acordo com Bolano e Brittos (2007), a televisão digital se apresenta como uma plataforma tecnológica capaz de realizar a convergência de inúmeros serviços de comunicações. E Squirra e Becker (2009) avaliam que a chegada da TV digital ao Brasil alterará substancialmente os paradigmas dos cenários da cultura e do entretenimento, especialmente aqueles massivos, pois permitirá o acesso a novas e surpreendentes qualidades estéticas do veículo, com especial atenção à manifestação do receptor, sob a ótica da interatividade.

Porém, até que a TV digital seja totalmente implantada, a sociedade deverá conviver com dois sistemas tecnológicos de transmissão existentes que “são dois tipos de negócios: a TV aberta (aquela sem custo para a audiência e onde o negócio é mantido pelos anunciantes) e a TV por assinatura com as mensalidades dos assinantes” (SQUIRRA; BECKER, 2009: 59).

E, a partir do Decreto Federal n.º 5.820, de 29 de junho de 2006 deu-se efetivamente início ao período de transição entre os padrões tecnológico analógico e digital terrestre, com calendário inicial de dez anos para sua total implantação, com desligamento do sistema atual, nos termos do artigo 10 do referido Decreto.

Criou-se inicialmente um marco inicial para implantação (2006-2016) da tecnologia digital e um período de transição, onde deveriam conviver as tecnologias analógica e digital de transmissão de sinais de sons e imagens, o que se denominou de *simulcast*, ou transmissão simultânea.

Entretanto, recentemente e através do Decreto n.º 8.061, de 29 de julho de 2013, houve nova definição do período de transição tecnológica, cumprindo-se 12 anos e não 10 anos de transição entre os modelos.

Com esta transição, “independentemente da interatividade, os custos operacionais das emissoras aumentarão, principalmente durante o período de transmissão digital duplicada com a analógica” (BOLANO; BRITTOS, 2007: 30).

Assim “será necessário reequipar tanto as cabeças de rede quanto as retransmissoras de sinais de televisão, de outro serão necessários investimentos em novos estúdios, novos equipamentos de gravação, de edição e outros recursos tecnológicos mais caros que os convencionais, pois gravam em alta definição” (SQUIRRA; BECKER, 2009: 62).

No âmbito regional, de acordo com os dados do Ministério das Comunicações, no atual cronograma proposto, no interior de São Paulo, no qual está inserido o Vale do Paraíba, até novembro de 2015, todas as

emissoras de televisão deverão se adaptar ao novo padrão digital de TV terrestre.

E, a nova cronologia de implantação se impõe, segundo informado pelo Ministério das Comunicações, à necessidade de liberação da faixa de 700 MHz para a operação de telefonia celular em capacidade 4G, que deverá ser licitada ainda no ano de 2014 (ANDRADE, 2013).

A TVD se apresenta, portanto, como um desafio para todo o setor de televisão no Brasil, associado principalmente às mudanças econômicas advindas pelo avanço tecnológico e os novos e dinâmicos meios de produção incorporados pela tecnologia.

Há, portanto, um paradoxo importante: se as emissoras vão ter condições de cumprir as exigências regulatórias, investir tamanha quantidade de recursos na renovação de seu parque tecnológico e ao mesmo tempo sustentar o período de transição entre as tecnologias, onde deverão conviver dois sistemas antagônicos de transmissão de TV.

Assim, coube nesta pesquisa analisar o período de transição de modelos tecnológicos de transmissão de televisão aberta regional e seus aspectos regulatórios e de inovação. Neste contexto, o objetivo do artigo foi compreender como as emissoras de televisão regional se comportam no período de transição entre tais tecnologias.

#### **A TVD E SUA DIMENSÃO REGIONAL**

Segundo Sousa (2006), a televisão se edifica como experiência dos modelos totalizantes e totalizadores aos quais se afilia para viabilizar-se como empreendimento empresarial, das representações dominantes sobre o ser e o fazer televisivo e das forças sociais locais, com as quais negocia, de forma permanente, a sua identidade.

É possível conceituar TV regional a partir de sua localização geográfica, ausência de participação de uma rede supra-regional, autonomia na definição de uma grade de programas e horários locais (SOUSA, 2006).

Considera-se televisão regional aquela que retransmite seu sinal a uma determinada região e que tenha sua programação voltada para ela mesma (BAZI; FABRI, 2009).

Para Oliveira (2006), veículo regional (ou regionalizado) é uma organização fundada na perspectiva de uma área de influência: circulação de bens materiais, geradora de especializações e de complementaridades/formas sociais da troca.

Para efeito da pesquisa tornou-se importante, portanto, determinar uma forma de caracterizar estas emissoras, bem como classificá-las de modo a compreender sua atuação local, regional ou de caráter nacional.

Rett (2009), ao abordar esta realidade dos universos regionais e nacionais, apontou como solução a aplicação do modelo proposto por Gabriel Ringlet, como aquele ideal para compreensão da atuação das emissoras de TV regionais.

O método de Ringlet baseou-se na questão do jornalismo de proximidade para propor um modelo denominado de Modos de Inserção. Por esse critério, quatro são os modos de inserção: a) verdadeiramente local; b) semi-local; c) local comprometido ou engajado; d) falso local.

Portanto, baseada nesta premissa, Rett (2009b) propõe um esforço

análogo ao modelo de Ringlet para estabelecer uma classificação das emissoras de TV regionais. Para tanto, levou a autora em consideração a vocação e o tipo de programação exibida por cada emissora local.

Assim, podem ser destacados os seguintes modos de inserção das TVs regionais:

a) verdadeiramente locais – aquelas emissoras que produzem, exibem e comercializam todo seu espaço localmente;

b) semi-locais – as emissoras que produzem e exibem programas e telejornais locais, além de comercializá-los, embora ainda transmitam uma parte da programação da rede nacional à qual pertencem;

c) local comprometido ou engajado – emissoras comunitárias, ligadas a uma determinada comunidade ou partido, com produção e participação legítima e exclusiva dos membros desta comunidade ou ainda as emissoras que utilizam seu sinal para evangelizar;

d) falso local (pseudo-local) – emissoras que não exibem nenhum tipo de programação local e sim somente fazem a comercialização do intervalo comercial localmente.

É importante destacar que este método foi elaborado a princípio para tratar da questão dos conteúdos jornalísticos e da forma de cobertura das mídias impressas. Posteriormente, num esforço de adaptação foram trazidos para a dimensão da mídia televisa como forma de identificar as redes regionais.

Conforme se depreende do **Quadro 1** o Vale do Paraíba possui seis redes de televisão com presença na região. É possível identificar forte presença de redes comerciais de caráter nacional no Vale do Paraíba, bem como o surgimento de emissoras eminentemente locais.

**Quadro 1** – Modos de inserção das emissoras de TV regional do Vale do Paraíba

EMISSORA REGIONAL	SEDE	GERADORA GRUPO	PROGRAMAÇÃO LOCAL	COMERCIAL LOCAL	MODO DE INSERÇÃO
Vanguarda	SJC Taubaté	GLOBO	SIM	SIM	SEMILOCAL
Band Vale	Taubaté	BAND	SIM	SIM	SEMILOCAL
Record	SJC	RECORD	NÃO	SIM	PSEUDOLOCAL
SBT	SJC	SBT	NÃO	SIM	PSEUDOLOCAL
Canção Nova	SJC	FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	SIM	NÃO	LOCAL COMPROMETIDO
Aparecida	Aparecida	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA	SIM	NÃO	LOCAL COMPROMETIDO

Fonte: Adaptado de Rett, 2009b, p. 12, pelo autor

Há que se ressaltar que, para o critério adotado por Rett (2009b), não haveria informações suficientes para que se pudesse concluir que as emissoras TV Canção Nova e TV Aparecida sejam consideradas localmente comprometidas. Segundo a autora. “não houve base de dados suficientes para a classificação das emissoras não comerciais do Vale do Paraíba. As mesmas atuam de maneira diferenciada, tanto em termos de programação e produção quanto em termos de distribuição de sinal” (RETT, 2009b: 9).

Entretanto, num esforço metodológico e baseado nas premissas

conceituais de Rett (2009b: 9), passamos a considerar a TV Canção Nova e TV Aparecida como localmente comprometidas neste trabalho.

Foi adotado o critério, a partir do que sustenta Rett (2009b: 9), de que “as emissoras que utilizam seu sinal para evangelizar também poderiam ser encaixadas nessa categoria”. Somam-se a isto as informações fornecidas de que as emissoras possuem programação local e abrem suas grades à comercialização de produtos e serviços, públicos e privados.

Há que se ressaltar que não foram analisadas, neste quadro comparativo, as emissoras de TV presentes na região, em razão da falta de informações precisas sobre a atuação, programação e comercialização de sua grade de programação, quais sejam TV Rede Mundial, pertencente à Fundação José de Paiva Netto e TV Novo Mundo, pertencente ao Sistema Adventista de Comunicação.

Por fim, conforme salientado por Rett (2009b), o Vale do Paraíba está no caminho da regionalização, mas a comunicação regional pode se expandir ainda mais a partir do momento em que todas as emissoras de televisão abrirem maior espaço para a participação da comunidade e para a produção local.

Segundo Oliveira Sobrinho (2011), o mercado do interior de São Paulo é hoje o segundo do País, logo depois da capital, e em pouco tempo será o primeiro mercado, graças à crescente regionalização da propaganda de televisão. Segundo o autor, o PIB deste mercado é de R\$ 56,8 bilhões, maior que o de países como Panamá, El Salvador, Bolívia e Paraguai.

Assim, são agentes contribuintes para o desenvolvimento regional enquanto concessionários públicos para a produção cultural, artística e jornalística local valeparaibana, auxiliando na construção de identidade cultural e permeando o desenvolvimento econômico da região.

Segundo Santos (2002), a localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela. O mundo, todavia, é nosso estranho. Entretanto, se pela sua essência, ele pode esconder-se, não pode fazê-lo pela sua existência que se dá nos lugares.

A globalização da comunicação possibilitou, além da quebra de barreiras, o apego das pessoas às suas raízes. Para entender como se dá a regionalização da mídia brasileira, analisa-se como o local vem ganhando evidência no Brasil e o processo de regionalização da mídia no País (CABRAL, 2006).

## MÉTODO

A pesquisa de campo foi desenvolvida a partir da constatação das emissoras de TV regionais existentes no Vale do Paraíba paulista, nos termos dos dados dispostos no Ministério das Comunicações e na Anatel, através do plano básico de radiodifusão.

Conforme os dados coletados em pesquisa existem em operação hoje na área delimitada sete emissoras de televisão, a saber: TV Vanguarda (SJC); TV Vanguarda (Taubaté); TV Band Vale (Taubaté); TV Canção Nova (Cachoeira Paulista); TV Aparecida (Aparecida); TV Novo Mundo (Pindamonhangaba); TV Rede Mundial (SJC).

Para efeito de amostra, foram observadas no estudo de campo as emissoras TV Vanguarda e TV Band Vale, como representantes da

categorias de TV aberta comercial. Já como representante da categoria de TV aberta educativa, as emissoras TV Canção Nova e TV Aparecida.

Excluiu-se da pesquisa de campo as emissoras denominadas pseudo-locais, tendo em vista não exibirem programação local e não possuem obrigações legais e regulatórias de gerar conteúdo a partir da região, havendo apenas postos de retransmissão e escritórios comerciais.

Foram realizadas entrevistas junto às emissoras de televisão selecionadas, com destaque para as áreas de radiodifusão e financeira da entidade, bem como seus diretores e dirigentes.

O roteiro de questões foi elaborado a partir da revisão de literatura e das questões centrais que envolvem o problema da pesquisa, sendo divididos em quatro eixos centrais, a saber: Eixo I – TV digital; Eixo II – período de transição *simulcast*; Eixo III – financiamento da implantação; Eixo IV – desafios para a TV digital regional.

A partir dos eixos centrais foram tratados os dados obtidos por categoria, sendo considerados homogêneos os dados ou informações semelhantes por parte dos entrevistados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados colhidos foram dispostos a partir de quatro eixos centrais que procuram enfrentar estas questões centrais do problema da pesquisa: a) o advento da TV digital como uma inovação no segmento de radiodifusão; b) o período de transição entre as tecnologias analógica (atual) e digital (emergente); c) o financiamento da inovação; d) os desafios para a TV regional com a inovação da TV digital aberta.

Como disse Calado (2012), inovar significa introduzir, impor novidade, sendo processo de introduzir ou adotar uma nova ideia em uma organização, em resposta a um problema percebido, transformando uma ideia em algo concreto.

E, no caso da TV digital, sua adoção pelo governo brasileiro introduziu a TV digital terrestre no modelo do SBTVD-T, a partir da necessária resposta às questões atuais de convergência digital e multimeios.

Para as emissoras entrevistadas, a chegada da TV digital significou grandes mudanças para a organização e principalmente na forma como se faz televisão.

A partir dos relatos, como inferência geral se pode afirmar que a chegada da TV digital aberta é uma inovação radical. Todas as emissoras são unânimes no sentido da grande mudança decorrente do padrão tecnológico e suas oportunidades.

Desta forma, a chegada da TV digital pode ser apontada como aquela cujo desenvolvimento resultará na introdução de um novo produto, novo processo e uma nova forma de organização da produção, inteiramente nova, do segmento da televisão.

As emissoras comparam a chegada da TVD ao que foi no passado a chegada da TV em cores, quando abandonado o conceito de TV preto e branco. Trata-se de uma ruptura estrutural com o padrão tecnológico anterior, originando novas indústrias, setores e mercados.

Da mesma forma é possível afirmar que a TV digital aberta significa a ruptura nas formas de inovação, dentre produtos e serviços, processos,

negócios e em gestão, pois implicará em mudanças significativas e profundas na cadeia produtiva.

A TVD importará novas exigências nos processos de criação e de programação, com as possibilidades tecnológicas de interatividade e portabilidade decorrentes de seu formato. Além disto, a gestão das organizações necessitará mudanças, como focado pelas emissoras quando elencam os perfis profissionais e as exigências de compreensão diversificada desta tecnologia.

Como inovação aberta a TVD parte do processo inovador como conhecimento ou tecnologia externos à organização, marcado pelo envolvimento de universidades, parceiros, mercados, fornecedores e canais de distribuição.

Porém, na pesquisa formulada a TVD não resultou em maior ligação ou compartilhamento de tecnologias e experiências com órgãos de pesquisa e universidades, em relação às emissoras regionais.

Tal característica se torna relevante a partir da constatação do tipo de inovação a que se refere à TV digital aberta no Brasil. Como inovação aberta, as mudanças ocorrem de fora para dentro, com a participação de outros agentes importantes que não estão na corporação.

No aspecto interatividade, a inovação da TV digital aberta trazida pelo SBTVD-T resultou no Ginga, *software* desenvolvido com apoio das universidades brasileiras e que deverá ser meio pelo qual os usuários da TV poderão interagir com a mesma.

Muito embora disponível no mercado, este *software* não foi utilizado por qualquer das emissoras entrevistadas e não foram feitos testes com o mesmo. Desta forma, pode-se aferir que, em relação à inovação aberta, muito embora exija dos agentes abertura ao novo e maior interação, não houve qualquer relação das emissoras de TV com os centros de pesquisa responsáveis pelo sistema de interação da TV digital terrestre.

A decisão pelo padrão nacional, entretanto, não considerou a capacidade da indústria nacional em absorver a demanda e responder as exigências da transição, destacando as emissoras grandes dificuldades para obtenção de equipamentos nacionais para este momento.

As emissoras de TV regional têm clareza quanto ao fato de que o novo modelo de inovação não foi escolhido pelas entidades e sim, deriva de uma escolha governamental de um modelo de transmissão, cujo padrão dá homogeneidade no sentido de que resultou na melhor escolha para o setor.

O sucesso da implantação da TVD está ligado à difusão da inovação, ou seja, quando produz impactos econômicos abrangentes entre empresas, setores e regiões, desencadeando novos empreendimentos e criando novos mercados (TIGRE, 2006: 73).

E a difusão da inovação está intimamente ligada, como visto em Tigre (2006), a fatores indutores. No caso da TV digital aberta, para as emissoras analisadas há homogeneidade entre elas no sentido de que ainda não estão claros e efetivos tais fatores indutores da difusão.

A questão da oferta e demanda que decorreu da chegada da TV digital aberta é fator sensível para as emissoras regionais. De forma homogênea as emissoras afirmam que não foi detectado grande mudança no perfil do público-alvo das emissoras quanto à mudança tecnológica, bem como compreendem que ainda são poucos os usuários da TV digital em todas



as suas potencialidades, informando inclusive haver poucos ou número insuficiente de aparelhos com tecnologia capaz de receber os sinais digitais da televisão.

A grande preocupação aferida nos relatos, de forma geral, condiz com o fato de que a difusão tecnológica pode afetar o ritmo de crescimento econômico e a competitividade de empresas e países, como apontado por Tigre (2006).

Há que se considerar como crucial para as emissoras entrevistadas a questão da difusão da TV digital no Brasil, do conhecimento do público em geral quanto a suas potencialidades e qualidades.

A TVD é um novo conceito de televisão. Segundo Reis (2004), com o fim de substituir a atual transmissão analógica, agora o áudio e o vídeo são digitalizados e se permite a inserção de dados e interatividade.

O Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD) foi criado pelo Decreto Presidencial n.º 4.901, de 2003. E tem como principais objetivos: a) promover a inclusão social e a diversidade cultural do País; b) estimular a pesquisa; c) viabilizar a transição do sistema analógico para o digital; d) proporcionar a expansão do setor.

Quanto ao padrão escolhido pelo Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre, todas as emissoras são homogêneas em identificar o padrão japonês do *Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial* (ISDB-T) como o mais adequado para o Brasil.

Quanto às características do Sistema (SBTVD-T), as emissoras analisadas não foram homogêneas nas assertivas e podemos extrair inferências específicas para cada uma das características do sistema tecnológico digital.

Quanto à HDTV, há a homogeneidade por parte das emissoras quanto à utilização da transmissão em alta definição como meta final e objetivo a ser perseguido.

Segundo Hobaika e Borges (2007), a interatividade é o maior diferencial da TV digital brasileira. E quanto à interatividade, as emissoras têm posições específicas sobre o assunto, com destaque para a Emissora 1 que afirma que a interatividade não é inerente à televisão e que acredita não ser a televisão o veículo ideal para a interatividade.

A portabilidade, como meio de acesso através do aparelho celular poderia ser caminho natural para aqueles que trafegam pela rodovia terem acesso à programação regional, com conseqüente aumento e incremento econômico da cadeia produtiva da televisão. Entretanto, as emissoras são descrentes quanto à viabilidade da portabilidade e a relação com as grandes redes de telefonia móvel.

O período de implantação da TV digital e em especial o período de transição dos modelos de transmissão são o maior desafio para a história da televisão brasileira.

Como ressaltado por Squirra e Becker (2009), serão necessários esforços para reequipar tanto as cabeças de rede quanto as retransmissoras de sinais de televisão, além de investimentos em estúdios, novos equipamentos de gravação, de edição e outros recursos tecnológicos.

Para as emissoras regionais não será diferente e em especial pelo fato de que deverão antecipar seus cronogramas de transição a partir do novo cronograma do Ministério das Comunicações, que determinou até

novembro de 2015 que todas as emissoras de televisão deverão adaptar-se ao novo padrão digital de TV terrestre.

Por consequência, a transmissão analógica no Vale do Paraíba paulista deverá se encerrar em 2015. É possível afirmar que o processo de transição de modelos tecnológicos não se dará de forma homogênea para as emissoras regionais.

De acordo com os relatos das emissoras, as respostas a este momento estão diretamente relacionadas com o tamanho do parque de transmissão das emissoras e sua capacidade econômica.

Relembrando o afirmado por Rett (2009b), no universo das emissoras regionais é possível destacar-se as emissoras semi-locais e localmente comprometidas. A partir desta concepção, o resultado percebido na pesquisa pelas emissoras tipicamente semi-locais é muito diversa das emissoras localmente comprometidas.

Este, talvez, seja o maior paradoxo apresentado na pesquisa formulada. A percepção de que os agentes locais concentram suas preocupações em sua afirmação nacional e seus compromissos com a grade nacional, enquanto os agentes semi-locais estão focados na concretização da TV digital regional.

Em resumo, pode-se colher dos resultados obtidos o foco das emissoras na transição do sistema de transmissão como maior e mais importante passo no processo de digitalização. A cadeia produtiva como um todo sofrerá impactos, seja na produção, recepção e equipamentos, porém o foco de atenção maior é a implantação de uma rede digital capaz de fazer chegar o sinal da televisão em alta definição para os usuários finais.

Outro aspecto importante na transição é o cenário interno da organização e a percepção dos envolvidos quanto à sensível mudança nos padrões de produção, dado ao aumento do grau de exigência do próprio usuário final com a TV em alta definição.

A questão da qualificação da mão de obra envolvida na digitalização é um fator importante também e resultante de estarmos diante de uma inovação aberta.

O que se percebe de homogêneo nos relatos das emissoras é a dificuldade de investimento na migração digital e o cumprimento da exigência da manutenção da operação analógica. A questão dos custos da operação simultânea inviabiliza o ritmo de investimentos e exige estratégias de otimização dos processos e investimentos.

A questão da implantação da TV digital terrestre e o período de *simulcast* envolvem outra decisão importante para as emissoras de televisão. Trata-se da decisão de não implantar a televisão digital em todas as localidades em que possui presença analógica.

Por questões regulatórias, é possível que uma emissora não faça a migração de sua transmissão analógica para a digital, devendo cumprir suas obrigações regulatórias até o fim da transmissão analógica.

Para as emissoras entrevistadas, não há a hipótese de não manter a cobertura atual analógica na transição para o modelo digital. Todas são homogêneas no sentido de cumprir a migração nos prazos exigidos pelo órgão regulador.

Para enfrentar os desafios da implantação da televisão digital no Brasil, o Governo Federal criou, através do Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES), o PROTVD, que é um programa de financiamento à implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital na modalidade de transmissão terrestre (SBTVD-T), através de mecanismos de financiamento e participação acionária.

Com a finalidade de oferecer crédito para a área de infraestrutura nacional, o programa é um dentre muitos do Banco de fomento para os segmentos da indústria nacional.

Mesmo havendo um programa específico para o financiamento no longo prazo da implantação da televisão digital no Brasil, as emissoras regionais não se valeram, em sua maioria, desses recursos.

A grande questão que se coloca, portanto, é por que as emissoras não buscaram financiamento público e de longo prazo para este desafio. As emissoras regionais financiaram ou ainda financiam a implantação da televisão digital com recursos próprios.

A percepção das emissoras é que a burocracia e as dificuldades de equipamentos que cumpram as exigências técnicas para financiamento sejam os motivos que levam a não recorrerem a estes modelos de financiamento. Boa parte dos equipamentos utilizados na implantação é importada e, portanto, os equipamentos não são passíveis de financiamento pelo BNDES.

É possível identificar forte presença de redes comerciais de caráter nacional no Vale do Paraíba, bem como o surgimento de emissoras eminentemente locais, com a possibilidade de agruparmos dois núcleos de emissoras: semi-locais (TV Vanguarda e TV Bandeirantes), localmente comprometidas (TV Aparecida e TV Canção Nova).

Os resultados discutidos na pesquisa concentram-se na análise da percepção das emissoras regionais dispostas nestes grupos semi-locais e localmente comprometidos.

A partir da premissa de que são grupos nacionais com presença local e grupos locais com presença nacional, a pesquisa buscou analisar o estágio em que se encontram esses grupos na implantação da TV digital regional; a chegada da TV por assinatura como elemento externo de concorrência neste processo; a mudança do perfil do público regional em decorrência do novo modelo digital; a percepção das emissoras quanto à implantação do novo modelo; e a percepção das emissoras quanto à sua presença na região.

As emissoras localmente comprometidas, apesar do curto prazo no calendário oficial para implantação da TV digital regional, não apresentaram preocupação com esse fato e, ao contrário, centraram suas atenções no calendário nacional de implantação, podendo-se aferir que a atenção primeira das emissoras desta natureza não é a implantação da televisão regional.

Ao contrário, a percepção extraída das emissoras semi-locais é com a implantação nas localidades mais distantes da região e a necessidade de cobertura desses locais para cumprir contratos existentes e garantir o acesso dos usuários a esta tecnologia.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa sobre o período de transição dos modelos tecnológicos de televisão sob a ótica da inovação e da regulação permitiu evidenciar que a

televisão brasileira vive o maior desafio de sua história, com a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T).

As diretrizes regulatórias estabelecidas pelo governo da União, através do Decreto n.º 5.820/2006 resultaram na adoção de um padrão tecnológico de televisão digital no Brasil, que se apresenta como uma inovação aberta, radical e que impõem comportamentos e estratégias próprias para este tipo de inovação.

Este modelo de inovação exige das equipes de trabalho, tanto de dentro como de fora do corpo técnico das emissoras, investimentos em pesquisa e desenvolvimento de modelos de negócios dinâmicos e com interfaces com universidades, fornecedores, centros de pesquisa e fornecedores.

Ao reconhecer que a inovação proposta ao segmento de televisão no Brasil é de natureza radical, o Governo Federal propõe um período de transição entre as tecnologias, de forma a permitir que as emissoras atingidas possam se adaptar às mudanças necessárias. E a previsão regulatória é de implantação do sistema digital até 2018.

E ao propor uma mudança radical no setor, o Governo Federal também uma mudança substancial na indústria do setor. Propõe e impõe um modelo de TV digital aberta que não se adequa aos padrões americanos e europeu, buscando uma adaptação do modelo japonês com viés nacional, sem uma indústria nacional preparada e com escala suficiente para suportar tal período de implantação.

O foco da pesquisa, portanto, foi compreender como as emissoras de televisão regional se comportam neste período de transição dos modelos tecnológicos e como poderão fazer o caminho da transição de forma a não se inviabilizarem economicamente, haja visto ser necessário migrar toda a cadeia produtiva da televisão, da produção do conteúdo à transmissão dos sinais ao usuário final.

Durante a pesquisa, percebeu-se que o desafio das emissoras regionais é ainda maior, tendo em vista que o processo de migração deverá ser concluído até 2015, com o encerramento das operações analógicas na região, o que significa garantir o acesso à televisão digital a cerca de 2.406.735 habitantes.

Neste cenário, a pesquisa desenvolvida pôde compreender como as emissoras de televisão regional reúnem condições para cumprirem as exigências regulatórias do SBTVD-T e suportar o período de transição.

Da mesma forma, foi possível identificar como as emissoras regionais estão atuando no período de transição das tecnologias e gerindo a chegada desta inovação aberta.

A partir destes cenários analisados foi possível responder às questões centrais da pesquisa pretendida.

Primeiro quanto à natureza da inovação da tecnologia digital terrestre para televisão. Trata-se, como resultado da pesquisa, de uma inovação aberta, radical. O sistema de televisão digital escolhido no Brasil, denominado SBTVD-T deve ser considerado como um serviço público de radiodifusão aberto, gratuito, universal e de alta definição.

Segundo, quanto aos desafios da transição dos modelos tecnológicos, a pesquisa proporcionou compreender e perceber, das emissoras regionais, que a questão central do processo de implantação da inovação é a transmissão simultânea, em razão do aumento dos incrementos e custos

da operação.

Terceira questão da pesquisa formulada diz respeito ao financiamento da transição dos modelos tecnológicos, de modo que se constatou como as emissoras pretendem ou estão suportando as mudanças nos modelos tecnológicos, de maneira que não se inviabilizem economicamente.

A quarta questão central da pesquisa, sobre como as emissoras regionais estão gerindo o processo de transição inovativa de sistemas antagônicos de televisão terrestre, pode ser constatada pelo atual estágio de implantação da televisão digital no Vale do Paraíba. A maioria das emissoras pesquisadas já se encontra com suas geradoras operando em caráter digital e analógico e pretendem concluir seu processo de digitalização até o prazo de 2015.

Entretanto, evidenciou-se a preocupação das emissoras quanto à questão da difusão da inovação. Isto porque o usuário final na região ainda não foi impactado de modo a perceber as melhorias da implantação digital e aderir ao processo de mudança.

A pesquisa formulada possibilitou identificar características próprias dos grupos de emissoras e seus comportamentos conformes estas características no que tange ao processo de migração dos modelos tecnológicos.

Isto porque, para as emissoras semi-locais, o foco de atenção e a estratégia de implantação implicam em ampliar a presença regional e fortalecer a ideia de uma programação local, voltada às questões do cotidiano regional. Para tanto, toda a estratégia de implantação de televisão digital é direcionada para a melhoria da geração do conteúdo em alta definição e de cobertura de transmissão digital terrestre até o prazo regulatório de 2015.

De outro modo, para as emissoras localmente comprometidas, o foco de atenção e a estratégia de implantação implicam no fortalecimento de sua presença nacional e fortalecimento de sua grade nacional, gerada a partir da região do Vale do Paraíba paulista e tem como prazo e perspectiva 2018 e não 2015 com a operação digital na região.

Para efeito de outras pesquisas e estudos, pode ser destacada esta questão entre as emissoras semi-locais e localmente comprometidas quanto ao aspecto das emissoras regionais com presença nacional, ao lado de emissoras vinculadas a grupos nacionais com presença local. Assim, pode-se inferir para o futuro como estas emissoras localmente comprometidas são percebidas nos territórios diversos que não o Vale do Paraíba? Qual a percepção das localidades que recebem este conteúdo quanto à presença de uma emissora desta natureza?

Ao final da pesquisa, é possível concluir-se que o processo de digitalização da televisão aberta no Brasil implica em grande desafio para todos os envolvidos na cadeia produtiva da televisão, sejam as emissoras, corpo técnico, centros de pesquisa, universidades, órgãos reguladores e indústria, que foram forçadas a adaptações significativas em processos e produtos e conceitos, em face de uma inovação radical e aberta que mudará o modo de fazer televisão no Brasil.

E, por fim é possível afirmar-se que inovação proposta por decreto e com a intervenção estatal impôs um modelo de TVD incapaz de atender as necessidades do setor, implicou em escolhas e rupturas não programadas e colocou em risco, sobretudo, o sucesso de uma cadeia produtiva que tem

importância vital num país de características continentais.

#### REFERÊNCIAS

ANATEL. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do>>. Acesso em: 13 maio 2013.

\_\_\_\_\_. Portaria n.º 189. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 189, 28 de setembro de 2012.

ANDRADE, J. P. de. **Os desafios da TV digital**. Trabalho apresentado no Congresso da Associação Brasileira de TV por assinatura, São Paulo, 2013.

BAZI, R. E. R. **TV regional: trajetória e perspectivas**. Campinas: Alínea, 2001.

\_\_\_\_\_. Aspectos da TV regional e a Globo no cenário da regionalização. **Acerto on-line de mídia regional**, ano 11, v. 6, n. 7, p. 3-16, 2007. Disponível em: <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/midiaregional/article/view/3859/3623>>. Acesso em: 2 maio 2013.

\_\_\_\_\_; FABRI JÚNIOR, D. **A regionalização e a força das emissoras regionais: a presença da Rede EPTV**. Disponível em: <[http://www2.metodista.br/unesco/1\\_Celacom%202009/arquivos/Trabalhos/Rogério\\_Regionalizacao.pdf](http://www2.metodista.br/unesco/1_Celacom%202009/arquivos/Trabalhos/Rogério_Regionalizacao.pdf)>. Acesso em: 2 maio 2013.

BNDES. **Cartilha de Apoio à inovação**. 2012. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/cartilha/cartilha\\_apoio\\_inovacao.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/cartilha/cartilha_apoio_inovacao.pdf)>. Acesso em: 1 set. 2012.

BOLANO, C. **Mercado brasileiro de televisão**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2004.

\_\_\_\_\_; BRITTOS, V. C. **A televisão brasileira na era digital**. São Paulo: Paulus, 2007.

BRASIL. **Decreto nº. 5.820, de 29 de junho de 2006**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n.º 124, seção 1, p. 51, 30 jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério das Comunicações. **Portaria n.º 652**, de 10 de outubro de 2006. Brasília, DF, 2006.

BRENNAND, E.; LEMOS, G. **Televisão digital interativa: reflexões, sistemas e padrões**. São Paulo: Makenzie, 2007.

CABRAL, E. D. T. **A regionalização da mídia brasileira**. Trabalho apresentado no UNESCOM - Congresso Multidisciplinar de Comunicação para o Desenvolvimento Regional São Bernardo do Campo - SP - Brasil - 9 a 11 de outubro de 2006 - Universidade Metodista de São Paulo.

Disponível em: <[http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/e/ef/GT2-\\_REGIOCOM-\\_16-\\_Regionalizacao\\_da\\_midia-\\_Eula.pdf](http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/e/ef/GT2-_REGIOCOM-_16-_Regionalizacao_da_midia-_Eula.pdf)>. Acesso em: 29 maio 2012.

CALADO, M. A. F. Inovação: o novo foco das organizações. **Revista Scientia Uma**, Olinda, n. 8, p. 1-141, maio 2001. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33114-41768-1-PB.pdf#page=20>>. Acesso em: 29 maio 2012.

CRUZ, R. **TV digital no Brasil: tecnologia versus política**. São Paulo: Senac, 2008.

\_\_\_\_\_. **Fora da caixa: o processo de decisão sobre o sistema de TV digital no Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Jornalismo) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27142/tde-04082009-224008/pt-br.php>>. Acesso em: 9 set. 2012.

HOBAlKA, M. B. S.; BORGES, R. C. **Rádiodifusão e TV digital no direito brasileiro**. Belo Horizonte: Forum, 2007.

KHANNA, P. **Sombras do mundo que se vai**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,sombras-do-mundo-que-se-vai,900269,0.htm>>. Acesso em: 24 set. 2012.

OLIVEIRA, R. R. **Mídia e desenvolvimento regional: uma proposta de estudo da TV TEM**. Trabalho apresentado no UNESCO – Congresso Multidisciplinar de comunicação para o desenvolvimento regional. São Bernardo do Campo, Universidade Metodista, 2006.

OLIVEIRA SOBRINHO, J. Bonifácio. **O livro do Boni**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

RETT, L. **Expansão da televisão regional no Vale do Paraíba – SP**. Trabalho apresentado no VII Encontro Nacional de História da Mídia, Fortaleza, 2009a. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-2009-1/Expansao%20da%20televisao%20regional%20no%20Vale%20do%20Paraiba.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **TV Regional no Vale do Paraíba, SP: expansão, aspectos da audiência e modos de inserção local**. Trabalho apresentado no XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, 2009b. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-3908-1.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Economia espacial**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, F. **Os dilemas da radiodifusão de proximidade em Portugal e no Brasil**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010. Disponível em: <<http://www.ae-ic.org/santiago2008/contents/pdf/comunicaciones/381.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2013.

SOUZA, C. M. TV regional e divulgação científica. **Acervo de mídia regional**, São José dos Campos, ano 11, v. 6, p. 22-34, 2007.

\_\_\_\_\_. **Leituras para um pacto entre Ciência e Televisão Regional**. Trabalho apresentado no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, na UnB, Brasília, DF, de 6 a 9 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/45602650716857012105046672894232137855.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2013.

SOUZA, J. Processo de Inovação em abordagem multidisciplinar. **Revista eletrônica de gestão organizacional**, Recife, v. 4, n. 2, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/viewArticle/151>>. Acesso em: 29 maio 2012.

SQUIRRA, S.; BECKER, V. **TV digital.Br: conceitos e estudos sobre o ISDB-TB**. São Paulo: Ateliê Educacional, 2009.

TIGRE, P. B. **Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

\_\_\_\_\_. Inovação e teorias da firma em três paradigmas. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, n. 1, p. 187-223, jan-jun, 2005. Disponível em: <[http://ww2.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%202/REC\\_2.1\\_04\\_Inovacao\\_e\\_teorias\\_da\\_firma\\_em\\_tres\\_paradigmas.pdf](http://ww2.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%202/REC_2.1_04_Inovacao_e_teorias_da_firma_em_tres_paradigmas.pdf)>. Acesso em: 06 jun. 2012.